LEI No		/20	14
--------	--	-----	----

Pelotas, 20 de fevereiro de 2014

1	Objective Co	. 11.55	A STATE OF THE STA	J. L.	2
- 1000	Lance	1 -136	4	ocond	O
Sot	14°	-	173	NA USSEMBLE OF A PART	un rugan-unakens duak
Em	20	102	114	S. Mark Mr. descendance of the	revision (188,178-86-848)
T	mil	u N.	Gir	nm	A PRINCIPLE AND ADDRESS OF THE PARTY OF THE
- 1 de la la comp	を上がった。 の の の の の の の の の の の の の	BELLEVILLE CO.	top in		E 201 - 100

"Dispõe sobre protocolo por meio de arquivo digital, de todo e qualquer documento que tenha trâmite dentro da Câmara Municipal de Pelotas, ou desta ao Executivo, e dá outras providências"

Art. 1º - Fica criado o protocolo por mecanismos de arquivo digital, de todo e qualquer documento que tenha tramite dentro da Câmara Municipal de Pelotas, e emitidos desta ao Poder Executivo.

Art. 2º - Os documentos de que trata o Art. 1º são os seguintes:

I - Proposições Parlamentares;

II - Pedidos de informação;

III - Pedidos de providência;

IV - Ofícios

V - Memorandos internos

VI - Demais documentos

Art. 3º - Fica dispensada a impressão física dos documentos citados no art. 2º, para fins de protocolo, ou encaminhamento.

Art. 4º - Fica autorizada a Câmara Municipal de Pelotas, a firmar convênio com os órgãos da Administração direta e indireta do Município, para viabilizar todos os mecanismos necessários à instalação e funcionamento do protocolo digital interno e também entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 5º - Em caso de inviabilidade de convênio entre Poderes, fica a Câmara Municipal, autorizada a adquirir ou contratar software para execução do protocolo digital em seu expediente, de acordo com a Lei 8.666/1993.

Art. 6º - As despesas do processo de instalação do protocolo digital, e aquelas necessárias para garantir seu funcionamento, serão custeadas por dotações orçamentárias próprias.

Art. 7 - Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Plenário Olavo Gomes de Souza, \_\_\_\_\_ de fevereiro de 2014.

Justificativa: O presente Projeto de Lei tem a finalidade de instituir o protocolo digital de todo e qualquer expediente que com trâmite interno no Poder Legislativo, ou externo que tramite deste para o Poder Executivo.

A medida justifica-se ante a significativa economia de consumíveis (papel, tinta, etc..) utilizados na materialização dos mais diversos documentos que são elaborados no parlamento pelotense a citar-se pedidos de informação, solicitação de serviços, bem como outros pertinentes as funções da "Casa do povo".

O protocolo digital traz consigo além do comprometimento de racionalizar a utilização de consumíveis, consequentes benefícios ao meio-ambiente com a redução do consumo de papel, e a economia no trato com o erário público.

Rafael Amaral

Vereador

1º secretário